

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 11

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudança no IOF atrai atenção para cripto, que tem baixa regulação oficial ..... 2

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MUDANÇA EM IMPOSTOS E RECEITAS EXTRAS ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf livra de tributação bônus de permanência pago por banco ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

MP trará pacote de medidas como alternativa ao IOF ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhador qualificado será maior beneficiado por redução de jornada ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária afeta planejamento logístico ..... 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apostas exigem liberação de Apps no Google e Apple ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O ajuste fiscal não pode esperar - HENRIQUE MEIRELLES ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ajuste fiscal estrutural só virá quando contrariar ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É preciso se preparar para a revolução da IA no trabalho ..... 17

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

EXEMPLO - APOSENTADOS ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
ECONOMIA

'O que importa mesmo é a intensidade do aperto monetário' ..... 21

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - MAGAZINE  
ECONOMIA

'Racionalizar o licenciamento não elimina as regras ambientais' ..... 25

# Mudança no IOF atrai atenção para cripto, que tem baixa regulação oficial

**LEO GUIMARÃES E-INVESTIDOR**

As investidas do governo federal para aumentar a arrecadação têm gerado maior interesse pelas criptomoedas como alternativa para driblar **tributos**. Basta fazer uma pesquisa na internet para ver o aumento de conteúdos a respeito do tema, voltados, por exemplo, para quem faz compras e remessas internacionais, em que há incidência de 3,5% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Esse movimento já provoca reações dentro do próprio governo, como a sugestão do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, de taxar remessas com criptoativos. Também foi tema de alerta por parte de economistas do Itaú, que sugeriram, durante um evento do banco, a tributação de transações com stablecoins - um tipo de moeda digital - como compensação fiscal ao recuo de outras alíquotas do IOF.

"O IOF é uma propaganda gratuita para as criptomoedas.

Toda vez que você aumenta **impostos** sobre meios tradicionais, você está lembrando que existem intermediários mais eficientes", afirma Vinícius Bazan, CEO da Underblock, casa de análise especializada em criptoativos.

Segundo Bazan, a utilização de stablecoins como o USDT (Tether) ou USDC (Circle) já dominava boa parte das transações internacionais feitas por brasileiros. "O maior volume de transações informadas à **Receita Federal** é com USDT, não com bitcoin. Já era vantajoso para grandes remessas e agora ficou melhor. É um caminho mais barato", diz.

Com uma conta em corretora de criptoativos é possível comprar o dólar sintético, Tether, Circle e outras opções com baixo spread (0,5% a 1%), sem incidência de IOF e com liquidez imediata para transações.

Na visão de Bazan, se o governo decidir tributar criptoativos na entrada, isso tende a ampliar ainda mais a vantagem competitiva das corretoras estrangeiras sobre as locais, como o Mercado Bitcoin.

Entre as vantagens estão a menor carga regulatória. Exchanges estrangeiras, como Binance e Bybit, não fazem reporte obrigatório de dados à **Receita Federal**, além de oferecerem negociação de derivativos e alavancagem proibidas no Brasil, mas que podem ser acessadas por quem usa VPN.

Além disso, como não têm os custos de uma operação brasileira, podem oferecer taxas mais competitivas.

'PEGAR ÁGUA COM AS MÃOS'.

André Franco, CEO da Boost Research, tem a mesma opinião.

Para ele, enquanto houver espaço legal, a arbitragem tributária com cripto seguirá viva. "Mesmo que o governo decida taxar as exchanges brasileiras, o investidor pode comprar bitcoin aqui e trocar por dólar lá fora. É como tentar pegar água com as mãos", afirma.

Para ele, a complexidade técnica e o custo político tornam improvável uma regulamentação eficaz do IOF sobre criptos.

"O governo não vai criar uma estrutura própria para cobrar esse imposto. Vai tentar empurrar a conta para as exchanges locais, o que só vai estimular a fuga para as plataformas estrangeiras." Franco lembra que a tributação de cripto já é regida pela **Receita Federal** hoje pela lógica de investimento. "Na compra, não há incidência de imposto.

Só na venda, caso haja ganho de capital." **SIMPLICIDADE**. Os especialistas dizem que transferir dinheiro para fora do Brasil via criptomoedas é tão simples quanto fazer um Pix. O investidor pode comprar uma stablecoin (como USDT) numa corretora brasileira ou estrangeira e enviar esse ativo para outro endereço, que pode ser a conta de alguém em uma corretora no exterior, como a Bybit ou a Coinbase.

Basta ter o "endereço da carteira" (como se fosse uma chave Pix), colar no campo de destino e autorizar o envio. Em minutos, a moeda chega à nova conta, pronta para ser usada, sacada em dólar ou carregada em um cartão cripto. Não é preciso passar por banco nem fazer remessa formal.

Esse é um sistema mais barato para quem tem despesas recorrentes em dólar, como é o caso de Luciano França, diretor de portfólio da gestora AvantGarde, especializada em fundos de ações. Ele ressalta, no entanto, que não existe solução mágica. "Todas as soluções envolvem algum tipo de transferência que foge ao que era o uso comum com plataformas como Wise ou Nomad, que ficaram mais caras." Apesar da impressão de complexidade, os cartões vinculados a exchanges cripto evoluíram muito nos últimos anos.

"Antes era complicado. Hoje, você cria a conta, coloca no Apple Pay ou Google Pay, carrega com USDT ou outra moeda e começa a usar no mesmo dia", afirma Franco, da Boost Research.

Ele diz que o spread desses cartões fica entre 2% e 4%, o que pode ser vantajoso frente ao dólar turismo dos cartões convencionais.

Ele reconhece, no entanto, que a experiência pode assustar os não iniciados. "No Wise, por exemplo, você manda um Pix e já tem dólar lá dentro.

Com cripto, você precisa abrir conta em corretora e entender a lógica da conversão. Pode assustar um pouco, mas, para quem já está nesse ambiente, é natural", explica.

Ele cita que há várias opções de cartões, tanto em corretoras brasileiras, como o Mercado Bitcoin, quanto estrangeiras, como Red Dot e Kast, todos com bandeiras como a Visa, operadoras atentas ao mercado de criptomoedas há anos.

"São todos parecidos em taxas e usabilidade. E, como a abertura é gratuita, vale testar mais de um", diz Franco. |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# MUDANÇA EM IMPOSTOS E RECEITAS EXTRAS

Mais de R\$ 170 bilhões já entraram nos cofres públicos decorrentes de medidas extraordinárias de arrecadação nos dois primeiros anos do atual governo, segundo levantamento realizado pelo economista João Leme, da Tendências Consultoria, a pedido do GLOBO. O número equivale, por exemplo, a pouco mais que o orçamento do Bolsa Família, previsto em R\$ 159,5 bilhões neste ano.

A cifra bilionária de arrecadação extra ainda não considera o recente aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que pode render à União R\$ 19,1 bilhões em 2025 e R\$ 38,2 bilhões em 2026, se não for revogada após forte ofensiva do Congresso.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Re-publicanos-PB), e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), estiveram reunidos na residência oficial de Motta, em Brasília, para debater medidas alternativas à alta do IOF (veja abaixo).

A resistência ao aumento do IOF é considerada uma evidência da exaustão da estratégia de ajuste das contas públicas pelo lado da receita, que rendeu a Haddad a alcunha de "Taxad" nas redes sociais. O ministro, porém, defende que as medidas são necessárias para recuperar a base arrecadatória, que foi dilapidada nos últimos anos, especialmente devido ao crescimento de renúncias fiscais.

No fim do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, a receita líquida da União era de 20,20% do PIB. Essa fatia caiu para 18,40% no fechamento de 2022. Para 2025, a previsão é de 18,20%. Ao mesmo tempo, há críticas por falta de medidas estruturais de corte de despesas.

Especialistas em contas públicas concordam ser necessário rever os benefícios tributários, mas também creditam a busca por novas receitas ao forte crescimento de gastos no início do governo, renovado a cada ano com um aumento real, que varia entre 0,6% e 2,5%, conforme o arcabouço fiscal. Eles reconhecem, por outro lado, que, até o momento, houve limitação no Congresso para a aprovação de medidas de corte de despesas e para a revogação de benefícios fiscais.

## DIVIDENDOS DE ESTATAIS

Esse quadro pode mudar após a crise do IOF. A alta da alíquota desse imposto incidente sobre crédito, operações de câmbio e planos de previdência privada foi o primeiro aumento efetivo de tributo anunciado pela equipe de Haddad. Desde 2023, porém, a Fazenda já adotou uma série de iniciativas que geraram ampliação da arrecadação, como mostra o levantamento da Tendências.

A obtenção de R\$ 176,5 bilhões de receitas foi calculada com base em dados oficiais da **Receita Federal** e do Tesouro Nacional. Para números relativos a 2023, houve correção pela **inflação**. A cifra pode ser ainda maior, segundo João Leme, porque há mudanças

cujo impacto não foi desagregado pelo governo, como é o caso do fim da dedução de benefícios do ICMS do pagamento de **impostos** federais.

São exemplos de medidas que irrigaram os cofres do governo Lula a reoneração dos **tributos** federais sobre os combustíveis, extinguindo a **desoneração** realizada pelo governo Jair Bolsonaro no ano eleitoral de 2022 e o fim de benefícios como no caso da "taxa das blusinhas".

Houve ainda aumento de arrecadação com as outorgas concedidas a plataformas de apostas e jogos de azar, após a

## EDITORIADEARTE

regulamentação do mercado; e mudança na tributação sobre fundos exclusivos e offshore. Fora da competência da **Receita Federal**, o caixa do governo também foi reforçado com dividendos extraordinários de estatais e receitas de concessões, como no caso de repactuação de contratos de ferrovias.

Ainda que parte das mudanças seja considerada meritória para corrigir distorções tributárias, especialistas avaliam que há excessos.

- Houve medidas acertadas para coibir planejamento tributário, aperfeiçoar a regulação. Mas também houve

excesso do governo, como é o caso do IOF, que é um

imposto regulatório que foi duplicado ou até triplicado - disse João Leme, da Tendências.

O economista do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, destaca a magnitude da mudança promovida pelo governo no imposto. Em percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), a arrecadação com o IOF sobe de 0,6% para 0,9% do **PIB**.

- É praticamente aumentar em 50% a arrecadação com o IOF. É um patamar próximo da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) quando foi extinta.

Na opinião de Bittencourt, estava claro desde o início do governo que a equipe econômica teria de correr atrás de receitas extras para fazer frente ao forte aumento de gastos. O salto no nível das despesas ocorreu antes da posse de Lula, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, e tomou-se perene com o aumento real garantido pelo arcabouço fiscal.

-As diretrizes de ter que buscar receita ao longo do mandato foram determinadas já nos três primeiros meses do governo -destacou.

Questionado, o Ministério da Fazenda não se manifestou.

-A opção pelo IOF foi o reconhecimento de que não tinha mais espaço para discutir com a sociedade e com o Congresso outras medidas de arrecadação. Provavelmente, tinham coisas melhores, mas sabiam que teriam que negociar com o Congresso, e não tinham nem espaço nem tempo para isso - avalia Bittencourt.

trava no Congresso

Leme concorda que, apesar de contraditório, o aumento do IOF foi a saída encontrada pela Fazenda para ajustar as contas deste ano e alcançar a meta diante da resistência dos parlamentares a soluções anteriores. A meta deste ano é zero, com limite de tolerância de déficit de até R\$ 31 bilhões, atual projeção do governo.

No ano passado, o Congresso chegou a devolver parte de uma medida provisória enviada pelo presidente Lula que limitava o uso de créditos do PIS/Cofins. Os parlamentares também deixaram de lado um projeto de lei para elevar temporariamente o CSLL, iniciativa que serviria para reforçar o caixa do governo em 2025.

Pelo lado das despesas, houve desidratação no

pacote de contenção de gastos enviado pelo governo no fim do ano passado, e algumas medidas ainda não foram apreciadas, como mudanças na previdência dos militares e limitação aos super-salários no funcionalismo público. (Colaborou Gabriel Sabóia).

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Carf livra de tributação bônus de permanência pago por banco

*Luiza Calegari De São Paulo*

Os contribuintes conseguiram no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** um importante precedente na disputa com a **Receita Federal** sobre a tributação do chamado bônus de retenção ou permanência. A 1ª Turma da 1ª Câmara da 2ª Seção entendeu, no julgamento do recurso de um banco de investimentos, que a verba não integra a remuneração habitual de seus empregados e, portanto, não está sujeita às contribuições previdenciárias.

A relevância do precedente está no fato de a jurisprudência majoritária dos colegiados do **Carf** ser favorável à tributação, tanto do bônus de permanência quanto do bônus de contratação ("hiring" bônus). O de permanência é um incentivo comumente oferecido por empresas a executivos, como forma de retenção de talentos.

Na decisão, os conselheiros entenderam que o pagamento precisa atender a requisitos específicos para não integrar a base de cálculo da contribuição, como ser pago em parcela única, sem exigência de contrapartida direta, e condicionado à continuidade do empregado por um período determinado.

No processo, o contribuinte foi autuado por ter feito 79 pagamentos a título de bônus de retenção, totalizando R\$ 18 milhões. A **Receita Federal** entendeu que esses pagamentos integravam o salário de contribuição, conceito usado para determinar a base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Por maioria, no entanto, o colegiado decidiu excluir o lançamento dos valores pagos a título de abono retenção. Para os conselheiros, "tais valores não possuem natureza remuneratória, pois não decorrem da prestação de serviços por pessoa física, mas, sim, de uma obrigação de fazer, ou seja, a manutenção do contrato de trabalho pelo período acordado, sem conexão com o fato gerador das contribuições previdenciárias" (processo nº 16539.720010/2019-45).

A decisão favorável ao contribuinte, segundo especialistas, é "um ponto fora da curva" na discussão sobre bonificações. Duas decisões de fevereiro, da 2ª Turma da 1ª Câmara da 2ª Seção, também em processos envolvendo bancos, adotam o

entendimento de que o bônus de contratação integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias.

"O montante do bônus de contratação é recebido em contrapartida à prestação de serviços e manutenção da relação de emprego e, na hipótese de desligamento antes de 12 meses, o valor pago pela empresa deverá ser devolvido proporcionalmente", afirma um dos acórdãos (processo nº 16327.721143/2015-09).

No outro caso, os conselheiros decidiram que o pagamento "inclui benefício decorrente da contraprestação dos serviços, numa retribuição antecipada do trabalho que virá a ser prestado para a empresa" (processo nº 16327.721143/2015-09).

Na Câmara Superior, última instância do tribunal administrativo, não há uma jurisprudência firme a respeito do assunto, segundo especialistas. Duas decisões de um mesmo colegiado, com alguns meses de diferença, tiveram entendimentos divergentes.

Em fevereiro de 2024, a 2ª Turma decidiu que a verba paga a título de hiring bonus é decorrente do contrato de trabalho e está sujeita às contribuições previdenciárias (processo nº 16327.720119/2015-44).

Em agosto, no entanto, a mesma turma entendeu que os bônus de contratação, em princípio, "estariam fora do alcance da incidência das contribuições previdenciárias". Para que fique caracterizada a natureza não remuneratória, acrescenta, "é preciso que a verba não esteja vinculada à relação contratual de trabalho, devendo ser paga incondicionalmente, sem cláusula de permanência mínima" (processo nº 1632 7.72 0119/2017-14).

De acordo com especialistas, essa ausência de uniformização sobre o tema cria insegurança para os contribuintes e desincentiva o uso de bonificações, prejudicando as relações de trabalho. Rômulo Coutinho, sócio do Lavez Coutinho, destaca que a variedade de critérios adotados para identificar os bônus dificulta o planejamento tributário das empresas.

"Às vezes, o próprio Fisco acaba tratando os bônus de contratação e de retenção do mesmo jeito, por considerar que integram o salário de contribuição. Mas para o contribuinte, são verbas diferentes", diz o

advogado, acrescentando que é difícil oferecer consultoria sobre esse assunto. "Quando alguém vem nos consultar sobre o **Carf**, eu preciso dizer que tem bônus tributado, não tributado, e que não há jurisprudência com critérios seguros."

O principal problema é a indefinição conceitual a respeito dos bônus, o que leva a uma análise caso a caso dos processos que chegam ao **Carf**, afirma o advogado Caio Malpighi, do **Vieira Rezende Advogados**. "A depender da composição da turma e da convicção de cada conselheiro, a maioria vai achar que é remuneração porque está vinculado a uma contraprestação futura, mesmo tendo sido negociado antes de começar e não sendo pago de forma habitual", diz.

A própria Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) destaca a inexistência de uma "tese consolidada" a respeito do bônus de permanência. "O **Carf** tem decidido, a partir das circunstâncias dos casos concretos, acerca da legalidade da exigência de **tributos** sobre o pagamento de bônus de retenção (permanência). No acórdão 2101-002.969 (processo nº 16539.720010/2019-45), a turma destacou inúmeras especificidades relacionadas ao acionista majoritário que justificaram o pagamento em questão", afirma o órgão, em nota.

Malpighi destaca que essas bonificações são 'arranjos atípicos', sem previsão legal no Código Civil ou nos regramentos trabalhistas, o que acaba contrapondo os interesses do Fisco e os dos contribuintes. "Na minha opinião, se o arranjo estiver bem estipulado em contrato, e estiver bem clara a motivação pelo pagamento, não se trata de uma verba habitual, e, portanto, não pode ser incluída no salário de contribuição."

"O principal problema é a indefinição conceitual a respeito dos bônus" Caio Malpighi

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

**Carf** livra de tributação bônus de permanência pago por banco

**Site:** [valor.globo.com/impreso/](http://valor.globo.com/impreso/)

# MP trará pacote de medidas como alternativa ao IOF

**ÁLVARO GRIBEL MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

O Ministério da Fazenda tenta fechar nesta semana uma saída para o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que provocou forte reação de parlamentares e do setor produtivo. A ideia é negociar um pacote com medidas alternativas de curto prazo e outras mais "estruturantes" para garantir que o governo cumpra as metas fiscais.

Na última terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na tentativa de evitar que o Congresso derrube o decreto com o aumento do IOF - que prevê arrecadação inicial de R\$ 20,5 bilhões, neste ano, e de R\$ 41 bilhões em 2026.

Depois desse primeiro encontro, uma nova reunião foi realizada ontem à noite, na residência oficial da Câmara dos Deputados, em Brasília, para que a Fazenda apresentasse suas propostas a líderes partidários em busca de um acordo.

Entre os representantes do governo, estavam o ministro Fernando Haddad e a ministra Gleisi Hoffmann (da Secretaria das Relações Institucionais).

No dia anterior, falando de Paris, onde participa de viagem oficial, Lula chegou a dizer que "estava tudo acertado" em relação às medidas. Pela rede social X, Gleisi afirmou ontem que o Planalto está "dialogando" com os presidentes da Câmara e do Senado para definir ajustes que manterão o equilíbrio fiscal.

IDA A BRASÍLIA. Depois da convocação do governo e do acerto com Motta e Alcolumbre, lideranças voltaram ontem de seus Estados para Brasília.

Um deles, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), fez publicação sobre a viagem em uma rede social.

Em conversa com o Estadão, ele se comprometeu a levar sugestões de impacto mais relevante para um ajuste, como a desvinculação do aumento do salário mínimo das aposentadorias e dos benefícios do **INSS** e a mudança do reajuste nos repasses para Saúde e Educação. Ele não via, contudo, sinais de que o PT ou o governo Lula tivessem interesse em levar adiante essas medidas com a aproximação das eleições de

2026.

"O cenário mais provável será o governo apresentar propostas bem pontuais para tapar o buraco de 2025 e algo de 2026.

Minha expectativa de que saiam medidas estruturantes é nenhuma", disse ele, ainda antes da reunião.

MEDIDAS. As propostas em negociação, segundo outros interlocutores envolvidos nas conversas, incluem medidas de curto prazo, mais voltadas para a arrecadação, e outras propostas de médio e longo prazo, de perfil mais "estruturante".

No curto prazo - ou seja, ainda neste ano -, a equipe econômica aposta no aumento do repasse de dividendos pelo BNDES e na alteração do Preço de Referência do Petróleo (PRP), medidas que não dependem do aval do Legislativo, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

No médio e longo prazos, estão na mesa a revisão de benefícios fiscais, a imposição de uma trava na complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), além da taxação de criptoativos e bets, entre outras medidas.

Todas as propostas estão ainda no campo da "negociação", segundo fontes da equipe econômica, e integram a lógica do "cardápio" de medidas que podem ser escolhidas pelos líderes, e que tenham mais chance de prosperar. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Trabalhador qualificado será maior beneficiado por redução de jornada

A adoção de uma nova jornada de trabalho menor, de 36 horas semanais, beneficiaria mais os trabalhadores mais escolarizados, elevando ainda mais seus salários reais em relação aos trabalhadores com menor qualificação formal. É o que aponta um estudo dos economistas Fernando de Holanda Barbosa Filho e Paulo Peruchetti, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Eles observam que trabalhadores menos escolarizados já possuem uma jornada média mais próxima de 36 horas semanais, ponto central na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo fim da escala 6x1 apresentada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP).

A jornada média de trabalho semanal no Brasil em si é inferior ao teto legal de 44 horas semanais: foi de 38,4 horas em 2024, segundo os pesquisadores. Entre quem não tem instrução formal alguma ou possui o ensino fundamental incompleto, no entanto, a jornada média era de 36,2 horas. Para quem tem ensino fundamental completo e médio incompleto, a jornada é de 37,8 horas.

O grupo com maior jornada de trabalho é composto por trabalhadores com ensino médio completo e ensino superior incompleto, de 39,3 horas. Trabalhadores com ensino superior completo possuem jornada de 38,9 horas semanais.

Chama a atenção, segundo os pesquisadores, que os grupos com jornadas de trabalho mais longas não são os de trabalhadores com menos escolaridade e que recebem os menores salários, embora, em geral, esse seja o público-alvo de quem defende a mudança, observa Barbosa Filho.

A redução da jornada de trabalho com manutenção da remuneração, por si só, aumenta o salário por hora trabalhada de cada empregado. Mas, também neste caso, os funcionários mais qualificados seriam os principais beneficiados, apontam os pesquisadores.

Trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto e trabalhadores com ensino superior completo observariam um aumento real de salários de 9% e 8%, respectivamente, estimam Barbosa Filho e Peruchetti.

Os trabalhadores sem instrução e com ensino fundamental incompleto, por outro lado, teriam uma elevação da renda real de somente 0,7%, enquanto trabalhadores com o ensino fundamental completo e médio incompleto teriam ganhos de 5%.

Em outro exercício, Barbosa Filho já havia estimado que, considerando apenas o trabalho como fator de produção, a redução para uma jornada semanal de 36 horas diminuiria as horas trabalhadas em 6,2% e, conseqüentemente, o valor adicionado à economia na mesma magnitude. Os efeitos, no entanto, variam muito entre os setores, podendo representar perdas de 1,4% a 14,2%, apontam agora os pesquisadores.

Segmentos com maior jornada, dizem, teriam um custo de adaptação maior à medida.

Os setores de transporte, indústria extrativa e comércio possuem as jornadas de trabalho mais elevadas, com 42,41,2 e 41 horas semanais, respectivamente. Barbosa Filho e Peruchetti calculam que a diminuição da jornada traria redução no valor adicionado de 14,2% nos transportes, 12,6% na indústria extrativa e 12,2% no comércio. Além disso, haveria reduções expressivas de valor adicionado de 10,6% em Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP, que inclui a produção de eletricidade, gás e água) e de 10,5% em serviços de informação e comunicação.

Na outra ponta, os setores com menor perda de valor agregado seriam os "outros serviços"-que englobam boa parte dos serviços prestados às famílias - e a Administração Pública (APU, que abarca serviços públicos de defesa, **seguridade social**, educação, saúde e sociais), com reduções de 1,4% e 1,7%, respectivamente.

Esses setores já têm jornadas de trabalho na casa das 36 horas semanais, notam os pesquisadores. Mas, mesmo nesses casos menos afetados, Barbosa Filho diz ter dúvidas sobre a capacidade de negócios em "outros serviços", por exemplo, muitas vezes de pequenos empreendedores, rearranja-rem suas jornadas. No caso do comércio, acrescenta, existe ainda a questão de boa parte da remuneração estar ligada a comissão.

Defensores da jornada menor defendem que ganhos

de produtividade poderiam compensar a elevação do custo do trabalho ocasionada pela medida. Barbosa Filho e Peruchetti calcularam que apenas para a agropecuária o crescimento histórico da produtividade por hora trabalhada-de 5,2% entre 2012 e 2024-seria capaz de compensar essa perda de valor agregado. A produtividade do agro, no entanto, cresce muito acima da média do Brasil, que ficou estagnada.

Mesmo uma elevação da produtividade por hora do trabalho de 2% não seria suficiente para compensar as perdas na grande maioria dos setores, apontam os pesquisadores.

No caso da análise por qualificação formal, como não conseguem separar o valor adicionado produzido pelos diferentes grupos educacionais, os pesquisadores usaram a evolução do salário por hora efetiva de trabalho como uma "aproximação" para a evolução da produtividade do trabalho para cada grupo de escolaridade. Em mercados competitivos, dizem, os salários deveriam acompanhar a evolução da produtividade.

O grupo escolar com maior aumento salarial entre 2012 e 2024 foi o dos trabalhadores sem instrução e com fundamental incompleto, que tiveram ganho do salário hora de 0,9% ao ano. Os trabalhadores com ensino fundamental completo e médio incompleto tiveram ganho de 0,5%. No mesmo período, trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto e trabalhadores com ensino superior completo tiveram perdas de 0,3% e 1,1 %, pela ordem.

"Se consideramos os ganhos salariais como 'proxy' para ganhos de produtividade, somente os trabalhadores com menor nível de

"Salários crescem acima da produtividade dos trabalhadores" Guilherme Zimmermann qualificação tiveram elevação de produtividade no período. Dessa forma, não se deve esperar que ganhos de produtividade sejam capazes de compensar a elevação do salário por hora trabalhada dos trabalhadores por causa da redução da jornada", diz o estudo.

Os pesquisadores observam que os resultados não levam em consideração a provável reação dos empregadores à redução da jornada de trabalho, que eleva o custo unitário do trabalho (CUT) para as empresas. Nesse caso, dizem, seria de se esperar que as empresas reduzissem a contratação, fazendo com que uma parte dos trabalhadores perdesse sua ocupação.

O CUT expressa o custo do trabalho por unidade produzida, ou seja, quanto do valor gerado é

apropriado sob a forma de remuneração ao trabalhador, explica Guilherme Zimmermann, economista do Bradesco. "Nos últimos anos, a produtividade tem mostrado crescimento muito modesto ou praticamente nulo. Em contrapartida, o CUT vem crescendo de forma consistente", afirma Zimmermann em um relatório recente.

Quase todo o crescimento dos salários reais no período recente se deve ao aumento do CUT, e não à elevação da produtividade, diz Zimmermann. "Esse descompasso sugere que os salários têm crescido acima da capacidade produtiva média dos trabalhadores, o que pode gerar pressões adicionais sobre custos e preços caso persista."

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188226?page=1&section=1>**

# Reforma tributária afeta planejamento logístico

*Tais Hirata e Ana Luiza Tieghi De São Paulo*

A **reforma tributária** começou a impactar o planejamento logístico das empresas para novos investimentos. A perspectiva de fim de benefícios fiscais e de mudança no local de recolhimento dos **impostos**, a partir de 2033, já afeta o interesse por novos projetos em Estados que hoje atraem companhias por meio de incentivos tributários, segundo empresas e assessores que atuam na transição ao novo modelo.

Entre os locais que poderão sofrer efeitos, na visão do setor privado, estão Santa Catarina, que dá benefícios à importação; Goiás, que incentiva o setor farmacêutico; Espírito Santo, que também favorece importações e conseguiu atrair setores como o automotivo e de varejo; e Minas Gerais, que abriga um dos exemplos mais emblemáticos de incentivos, a cidade de Extrema.

No município mineiro, operadores dizem que o interesse pelos galpões instalados continua forte, mas há menos apetite para novos projetos no local.

Segundo Sérgio Fischer, CEO da Log CP, que constrói e administra galpões logísticos e industriais, clientes já disseram que o preço do aluguel em Extrema era "indiferente" e poderia ser até três vezes maior, dado o impacto do incentivo no custo da operação. A Log já teve um galpão no município, mas o vendeu. Agora, não pensa em voltar a atuar ali. "É uma cidade com menos de 60 mil habitantes e quase o mesmo volume de metros quadrados de galpão de Cajamar, que atende a maior cidade do Brasil", diz.

Na outra ponta, a busca por armazéns e galpões mais próximos aos centros de consumo, como São Paulo e Recife-que é um polo para o Nordeste -, já cresce, afirmam executivos.

A operadora logística Multi-log, que tem um plano de investimentos de R\$ 900 milhões para os próximos três anos, decidiu destinar mais da metade do valor a São Paulo, em grande medida

por conta das mudanças tributárias. "Temos recebido muitas consultas de clientes que já estão olhando para 2033. A partir daí, a carga terá que estar próxima do consumo. Então haverá naturalmente um rearranjo",

afirma o presidente, Djalma Vilela.

Segundo Pedro Moreira, presidente da Abralog (Associação Brasileira de Logística), a reforma já impacta o preço do metro quadrado de centros logísticos, que tem subido no entorno da capital paulista e em Recife. A Zona Franca de Manaus, que ainda manterá incentivos, também tem sido estudada por diversas empresas, diz.

De fato, há um aumento de preços em São Paulo, apontam dados da Colliers International: em Guarulhos (SP), o preço do metro quadrado para projetos logísticos ficou em R\$ 37,80 no primeiro trimestre deste ano, alta de 16,6% na comparação com o mesmo período de 2024. Em Cajamar (SP), o avanço foi de 8,5%, para R\$ 31,38. Porém, em Extrema, os preços também subiram para R\$ 28,65, alta de 5,3% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

"A partir de 2033, a carga terá de estar próxima do consumo, haverá um re arranjo" Djalma Vilela

O motivo, segundo analistas e executivos, é que, apesar dos impactos, não há expectativa de mudanças drásticas. Fischer pondera que as cidades que cresceram com incentivos não devem virar "terra arrasada", porque o mercado vai se ajustar, com preços de acordo com a demanda.

Além disso, haverá um longo período de transição até o fim dos benefícios, afirma Maurício Lima, sócio da lios, consultoria que planeja sistemas logísticos para em-

presas. "Nenhuma empresa vai mudar suas instalações enquanto puder gozar do incentivo." Ele diz que, por enquanto, o que se observa é um efeito apenas para novos projetos, em planejamento.

Segundo as regras aprovadas, a transição para o fim do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), principal instrumento usado pelos Estados, começa apenas em 2029 e vai até o fim de 2032, lembra Douglas Mota, sócio da área tributária do Demarest. Nesse período, ainda haverá um fundo de compensação para ressarcir as empresas que terão a perda do benefício fiscal.

O efeito, diz, se dá não só pelo fim do incentivo, mas também pela nova lógica de recolhimento do tributo, que deixa de ser no local de produção ou armazenagem e passa a ser no de consumo. "Fecharam o cerco pelos dois lados."

A existência de contratos de longo prazo também deverá ajudar na transição para esses locais. Mariana Hanania, diretora de pesquisa de mercado da consultoria Newmark, lembra que boa parte do crescimento de Extrema se deu à base de contratos BTS (built to suit), feitos por encomenda a um ocupante. "São contratos longos, com garantia do inquilino", diz. Ela também avalia que o que pode ser limitado, agora, são novos desenvolvimentos nesses locais.

Simone Santos, sócia da consultoria Binswanger SDS, também afirma que o horizonte até a aplicação da reforma ainda garante a atratividade para essas regiões incentivadas. "Ainda vemos locações importantes", diz, citando anúncio da pré-locação total de um novo galpão da Fulwood, com 40 mil m<sup>2</sup>, em Extrema, feito no fim de maio.

Além disso, esses locais têm outros atrativos, como infraestrutura logística, mão de obra capacitada e um ecossistema de indústrias instalado, além da economia local. É o caso, por exemplo, de Santa Catarina, que terá impacto limitado, na visão de dois executivos que atuam no Estado.

Gustavo Serrão, presidente da Vports, autoridade portuária do

Espírito Santo, reconhece que a reforma traz desafios para o Estado, mas diz que o governo tem investido para melhorar sua eficiência e que a estrutura instalada ajuda na manutenção das empresas. "Há uma barreira de saída. Os incentivos ajudaram o Estado a construir toda uma infraestrutura, há resiliência da cadeia integrada", diz. "O desafio é usar a transição para ampliar sua produtividade." Ele também cita a possibilidade de benefícios financeiros, com apoio de bancos estaduais, que devem ajudar a atrair investimentos.

O efeito das mudanças varia de setor para setor. Os mais afetados deverão ser aqueles em que o fator tributário tinha um peso maior na conta, como projetos de alto valor agregado, e mais leves, como medicamentos e eletroeletrônicos, diz Lima, da Ilios. "Já produtos mais pesados, por exemplo, de linha branca, já consideravam mais a facilidade logística do que a questão fiscal".

Algumas empresas de comércio eletrônico e de setores importadores, que tradicionalmente recebem

incentivos fiscais, também terão que rever sua estratégia, segundo Vilson Silva, diretor financeiro da ID Logistics.

"Em 2033, vai ter impacto relevante. Do ponto de vista da logística, vejo um cenário melhor, hoje tem situações sem sentido, como um cliente que produz em São Paulo, tem clientes em São Paulo, mas leva a carga até Goiás para armazenar e trazer de volta", diz.

**Site: [valor.globo.com/impreso/](http://valor.globo.com/impreso/)**

# Apostas exigem liberação de Apps no Google e Apple

Google e Apple viraram alvo de pressão por parte das empresas de apostas e do Ministério da Fazenda por se recusarem a publicar em suas lojas virtuais no Brasil aplicativos de bets.

O uso de aplicativos de celular certificados e distribuídos pelas lojas oficiais do Android (a Play Store) e do iPhone (Apple Store) poderia ajudar a combater o mercado ilegal e diminuir o número de fraudes, na opinião de autoridades e de representantes do setor. Google e Apple, no entanto, vedam a distribuição desse tipo de app em suas plataformas sob alegação de risco reputacional.

Os cassinos virtuais piratas são uma das principais preocupações do governo e das bets no país, após a regulamentação que entrou em vigor em janeiro. As estimativas apontam que cerca de metade das operações ocorrem em sites sem autorização no Brasil.

Para estarem regulares, precisam pagar outorga, **impostos** e adotar regras de conformidade.

Google e Apple dominam o mercado de sistemas operacionais para celulares no Brasil e o de lojas de aplicativos para aparelhos móveis.

No caso do Google, esse veto ocorre mesmo com a empresa recebendo dinheiro para fazer publicidade no Youtube de sites ilegais de apostas, como mostrou reportagem da Folha de S.Paulo.

Essas propagandas levam a aplicativos na Play Store que são publicados disfarçados de jogos infantis ou outras funcionalidades, mas que remetem a sites fraudulentos.

Sobre a propaganda de bets ilegais, o Google afirmou à Folha de S.Paulo que atualizou desde setembro de 2024 suas políticas de publicação e que age "imediatamente suspendendo o anúncio e, se for o caso, bloqueando a conta do anunciante" caso identifique violação dessas práticas. Já sobre o veto a distribuição de aplicativos de bets na Play Store, o Google autoriza no país a publicação apenas de jogos de azar sobre apostas esportivas envolvendo corridas de cavalos e de loterias da Caixa Econômica Federal.

Há outros países, no entanto, em que há aval para

cassinos online e apostas esportivas em geral, e as normas podem vir a ser atualizadas no Brasil no futuro.

Nesses países, a distribuição ocorre com regras como publicar o app de forma gratuita e não usar os sistemas de pagamento da empresa para gerir as contas.

O Google também ressalta que o sistema do Android é aberto e é possível que o dono do celular faça a instalação de aplicativos externos ou mesmo utilize outras lojas virtuais. Nos sites de apostas brasileiros, por exemplo, há aplicativos disponíveis e manuais de como instalá-los no celular.

A Apple também foi procurada, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem.

A regulação do setor fica a cargo da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. É ela que cria as normas que regem o setor, avalia as aplicações de interessadas em entrar no mercado brasileiro e fiscaliza se as autorizadas seguem as regras.

"A possibilidade de utilização de aplicativos por empresas operadoras devidamente autorizadas pode representar uma ferramenta positiva no enfrentamento ao mercado ilegal", afirma o Ministério da Fazenda, em nota.

"Essa posição técnico-regulatória tem sido compartilhada com as lojas de aplicativos, com ênfase na importância de que esses ambientes contem com mecanismos de controle e validação que garantam o acesso exclusivo às plataformas autorizadas", acrescentou.

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>**

# O ajuste fiscal não pode esperar - HENRIQUE MEIRELLES

## **HENRIQUE MEIRELLES**

Henrique Meirelles EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

Nos próximos dias, o Ministério da Fazenda e o Congresso devem anunciar um acordo em torno de medidas de corte de gastos e ampliação da arrecadação.

O fato de os dois lados estarem convencidos da importância do controle das contas públicas é positivo.

A forte rejeição do Congresso e do mercado ao aumento das alíquotas do IOF - mais uma medida em busca de ampliar a arrecadação para fechar as contas deste ano - criou uma crise. A situação incômoda para todos despertou a consciência em torno de um problema grave e isto contribuiu para gerar algo positivo.

Com o Congresso e o governo se entendendo sobre a necessidade de cortar gastos, podemos evitar um cenário preocupante que se avizinha, no qual as contas públicas poderão estar insustentáveis em 2027.

Estão em discussão medidas de curto prazo para ampliar a arrecadação, como leilões de novas áreas de exploração de petróleo, taxação de criptomoedas e ampliação das alíquotas de **impostos** sobre apostas. Mais importantes que essas, no entanto, são medidas mais difíceis e duras, para interromper o aumento e cortar despesas.

Entre elas estão cortes em benefícios tributários - como o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia -, restrições à entrada de novos beneficiários no BPC (Benefício de Prestação Continuada) e um freio no aumento da participação do governo no Fundeb, o fundo de desenvolvimento da educação, que era de 12% em 2021 e deveria ir a 23% no ano que vem. Eu acrescentaria à lista uma ampla reforma administrativa, que seja capaz de reduzir o gasto com a máquina pública.

Não devemos desperdiçar a oportunidade de tomar medidas efetivas para interromper a trajetória de crescimento do gasto público, que vem desde 2020. Não se trata de pensar apenas na meta fiscal deste ano, mas de buscar sustentabilidade de longo prazo. A

economia cresceu 1,4% no primeiro trimestre, a despeito de os juros estarem em nível alto para conter a **inflação**. É melhor atuar agora, antes que uma crise fiscal se instale.

Não precisamos esperar pelo pior para fazer algo, como aconteceu em 2016, quando o Brasil vinha da pior recessão da história nacional, em que o **PIB** caiu 5,2% de junho de 2015 a maio de 2016, devido a uma ampliação insustentável do gasto público. Saímos dela graças ao teto de gastos, que limitou o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior. Não devemos deixar as coisas irem tão longe, se podemos resolver o problema agora. |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ajuste fiscal estrutural só virá quando contrariar

Na semana passada completaram-se vinte anos da eclosão do escândalo do Mensalão. Nas diversas matérias que relembram o esquema de compra de votos no primeiro mandato de Lula, justo destaque foi dado ao célebre furo de reportagem obtido pela jornalista Renata Lo Prete, que extraiu do ex-deputado Roberto Jefferson as declarações que desencadearam as investigações.

Numa conversa que tive com a colega Carol Pires para o episódio "Remake Impossível" do podcast Rádio Novelo Apresenta, Lo Prete repetiu uma frase que se ouvia na redação da Folha de S.Paulo, onde ela trabalhava à época: "do interesse contrariado nasce a notícia".

A máxima, digna de ser inscrita nos manuais do jornalismo investigativo, além de revelar um dos métodos de trabalho da atual apresentadora do Jornal da Globo, pode muito bem ser adaptada ao último impasse econômico brasileiro. Nossas lideranças políticas e empresariais ainda não perceberam que é do interesse contrariado que nasce o ajuste fiscal permanente.

Desde que foi institucionalizado na Inglaterra como um instrumento para conter o poder absoluto dos monarcas em criar **tributos**, o orçamento público é o fórum de debates para definir as prioridades dos países. Ao exigir equilíbrio entre receitas e despesas, as Constituições travam a sanha arrecadatória do governo e forçam o Congresso escolher onde é melhor gastar o dinheiro público.

No Brasil fugimos dessa discussão fundamental por dois canais principais, ampliados nas últimas décadas: de um lado, grandes empresas e as classes mais altas obtêm isenções e benefícios tributários para si, enquanto se tornou obrigatória a aplicação de montantes cada vez maiores de recursos em políticas voltadas em geral para os mais pobres (saúde, educação, previdência e assistência social).

Desde 2014 essa conta não fecha, e as tentativas recentes de equilibrar receitas e despesas fracassaram. O teto de gastos sucumbiu diante das inúmeras pressões eleitorais pós-pandemia - as PECs dos

Precatórios e Kamikaze, com Bolsonaro, e da

Transição, depois da vitória de Lula.

Mais recentemente, ao alertar no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que o orçamento será inteiramente consumido por despesas obrigatórias a partir de 2027, o governo admitiu que o arcabouço fiscal fracassará se nada for feito até lá.

Haddad até tentou empurrar o problema para o futuro com o aumento do IOF, mas a reação política e do mercado foi forte. Parece que, agora, governo e parlamentares terão que desagradar a interesses para evitar o colapso fiscal.

Vivemos tempos estranhos. A solução que normalmente se busca em momentos como esse - comprimir os gastos sociais - está encontrando resistências. Tanto a esquerda quanto o Centrão temem mexer nas despesas obrigatórias que atendem os mais pobres. Reverás transferências do Fundeb para Estados e municípios, tirar a indexação de benefícios assistenciais ao salário-mínimo e desvincular os pisos de despesas com saúde e educação à arrecadação são opções eleitoralmente sensíveis com 2026 à espreita.

Diante do impasse, tem-se mencionado com frequência incomum no Congresso a necessidade de se cortar benefícios fiscais. De fato, o volume de isenções e renúncias tributárias (chamamos tecnicamente de "gastos tributários") subiu de 2,8% do **PIB** em 2006 para uma estimativa de 4,7% do **PIB** neste ano. E esse montante pode ser ainda maior, conforme indicado pela Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades (Dirbi) que agora as empresas são obrigadas a apresentar à Receita.

Para piorar, a maioria desses programas tributários especiais é concedida sem critério. Em estudo que preparei para a iniciativa Imagine Brasil, da Fundação Dom Cabral, analisei as regras de 73 benefícios tributários em vigor de 2019 a 2024 para diversos setores da economia, do agro à indústria automobilística.

A frouxidão é gritante: 61,4% dos incentivos não tinham prazo para acabar, 65,8% sequer tinham atribuição de um órgão para fiscalizar o uso do benefício e 80,8% não exigiam nenhuma contrapartida-seja de geração de emprego,

investimentos ou exportações. Ou seja, a União abre mão de centenas de bilhões de reais todos os anos, e as empresas não oferecem nada em troca.

Não é de hoje que o tema das renúncias e isenções preocupa. Em 2021, o próprio Congresso Nacional determinou, com a Emenda Constitucional nº 109, que o montante dos gastos tributários fosse reduzido a uma taxa de 10% ao ano, até chegar ao patamar de 2% do **PIB** em 2029.

Para ajudar nesse processo, o governo criou o Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas (Cmap), que desde 2020 já enviou para deputados e senadores propostas de ajustes em mais de 50 programas de benefícios. Ou seja, o Congresso está descumprindo uma regra que ele próprio impôs, mesmo tendo à sua disposição indicações sobre quais programas funcionam (poucos) e são ineficientes (quase todos).

Para o ajuste fiscal estrutural, portanto, só falta os presidentes Hugo Motta e Davi Alcolumbre, em acordo com Lula, definirem a quais interesses eles vão desagradar.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188226?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188226?page=1&section=1)**

# É preciso se preparar para a revolução da IA no trabalho

Há sinais crescentes de que a inteligência artificial (IA) está começando a afetar de maneira importante o mercado de trabalho. Nas últimas semanas, houve vários anúncios de cortes e congelamento de vagas relacionados à adoção mais intensa de IA por empresas. O tema, no entanto, tem ganhado pouco destaque no debate público, tanto no Brasil como no exterior, apesar dos alertas de especialistas e de executivos do setor. Já passou da hora de a sociedade começar a discutir o que pode ser feito no caso de essa nova tecnologia causar uma disrupção no emprego.

O fundador e CEO da Meta, Mark Zuckerberg, previu que já em 2025 as empresas começariam a substituir programadores e engenheiros de nível médio por IA. Em seguida, a Meta anunciou o corte de 5% de sua força de trabalho, ou 3.600 funcionários. Em maio, a Microsoft anunciou nos EUA o corte de 6.000 funcionários. Algumas empresas citam explicitamente a IA como causa de demissão, como fez a americana CrowdStrike, da área de cibersegurança, que demitiu 5% de seus empregados em maio. Outras mencionam a IA, mas isso fica subentendido. Foi o caso da varejista Walmart, que dispensou 1.500 funcionários nos EUA, quase todos da área de tecnologia e suporte. O fundo soberano da Noruega informou que vai congelar a abertura de vagas na área de análise financeira.

Ao longo da história, revoluções tecnológicas sempre ensejaram previsões alarmistas de que a substituição de trabalhadores por máquinas causaria desemprego em massa. Houve sim, perda de empregos em certos setores. Mas novas atividades, indústrias e empregos acabaram surgindo em função dessas novas tecnologias e da riqueza que elas geravam, o que mais do que compensou as vagas perdidas.

Muitos executivos, tanto do setor de IA como de áreas que podem ter uso intensivo de IA, acreditam que esse roteiro tradicional se repetirá. Mas e se agora for diferente? E se realmente as previsões mais pessimistas desta vez se confirmarem? E se a transição for tão rápida a ponto de gerar um desequilíbrio de longo prazo no mercado de trabalho?

"O câncer será curado, a economia vai crescer 10% ao ano, o orçamento público será equilibrado, e 20% das pessoas não terão empregos [devido à IA]". Dario

Amodei, CEO da Anthropic, empresa criadora de LA, formulou esse cenário como muito plausível (site Axios, 28/05). Segundo ele, a IA poderá eliminar em um a cinco anos metade das vagas de colarinho branco que seriam normalmente abertas para recém-formados.

Ao contrário da maioria das inovações no passado, a penetração da IA ameaça empregos mais especializados e bem pagos. Além das áreas de tecnologia, muitas atividades em direito, medicina, mercado financeiro e funções administrativas poderão ser realizadas por IA a um custo incrivelmente menor. Segundo Amodei, os CEOs já perceberam isso e estão acelerando a introdução de IA nas empresas.

Ao mesmo tempo, as empresas de IA estão numa intensa disputa para sofisticar cada vez mais seus modelos, o que, por sua vez, permitirá a substituição de humanos em mais atividades. Empresas e países temem ficar para trás e buscam avançar o mais rapidamente possível, sem considerar o impacto no mercado de trabalho.

Estudo da LCA 4Intelligence divulgado nesta semana (Valor, 03/06) indicou que a IA tem o potencial de afetar 31,3 milhões de empregos no Brasil, sendo que 5,5 milhões enfrentam um risco maior de serem eliminados.

Um aumento repentino e significativo de desemprego devido à IA teria profundas consequências sociais e políticas. Tenderia, por exemplo, a agravar ainda mais a desigualdade de renda, pois elevaria a remuneração do capital e achataria a massa salarial. Isso geraria insatisfação e tensão sociais, que poderiam ser canalizados para movimentos populistas e extremistas, o que seria um risco para as democracias.

Uns poucos países começaram a acotar iniciativas para se preparar para uma possível reviravolta no mercado de trabalho. O governo de Cingapura criou o SkillsFuture, um programa que visa a capacitar as pessoas a usar a IA e a treiná-las para atividades que serão mais exigidas na transição econômica. No Canadá, a Pan-Canadian AI Strategy busca não só estimular a adoção de IA de forma responsável, como também treinar trabalhadores e pequenos empreendedores a usar a IA. A Alemanha tem

programa similar.

Essas iniciativas sugerem que a requalificação e a educação contínuas terão um papel vital em qualquer estratégia de combate ao desemprego gerado pela IA. Possivelmente será inevitável reforçar a rede de assistência social. Isso tudo terá um custo. Parte dele, segundo Amodéi, deveria ser coberta por novos **impostos** que recairiam sobre empresas de IA, empresas que mais se beneficiam da IA e pessoas que enriqueceram com a IA, os ganhadores dessa revolução tecnológica.

Mas as mudanças com a revolução da IA estão acontecendo rapidamente e parecem inevitáveis. Não é possível ignorá-las por mais tempo. E o primeiro passo é envolver trabalhadores, empresas, políticos e governos num debate franco e transparente sobre os riscos e as alternativas para mitigá-los.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188226?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188226?page=1&section=1)**

# EXEMPLO - APOSENTADOS

## EMÍDIO REBELO FILHO

Recebemos um vídeo de Mojuí dos Campos, município deste Estado, relatando a existência de um Centro de Convivência da Pessoa Idosa, no qual se observa com plenitude as recomendações da legislação sobre os direitos, deveres e obrigações desse grande e significativo contingente de pessoas que mais cresce no nosso País. Ficamos alegres e comovidos com as informações ali contidas, principalmente quando ouvimos das próprias pessoas idosas as afirmações de satisfação pelo que recebem com atendimento de qualidade e que as transforma para uma vida melhor, reafirmando o valor de viver bem e com dignidade. Parabéns, parabéns e parabéns pelo exemplo e iniciativa dos profissionais de comando e as pessoas idosas que participam de um empreendimento que valoriza a vida.

## ANIVERSÁRIO

No domingo, 08 de junho, completamos 21 (vinte e um) anos escrevendo para este Jornal na Coluna do Aposentado, sempre defendendo-os e relatando as suas dificuldades, face aos desmandos praticados na gestão administrativa da **Previdência Social** que os prejudica severa e perversamente na redução constante dos proventos que recebem do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Não desanimamos e vamos continuar na mesma linha de atuação, com a certeza que haveremos de vencer, impedindo a retirada de recursos financeiros e a redução de proventos das aposentadorias e pensões, assim como a eliminação definitiva do instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU. Igualmente, daremos prioridade à aprovação do PL-4434/2008.

## SILÊNCIO

O silêncio desapareceu na capital paraense. Belém, ao que parece, se tornou a capital do barulho, não havendo mais o respeito pelo bem-estar do cidadão belenense. As máquinas "envenenadas" tomaram conta da cidade, principalmente no horário noturno que passam, sem cerimônia, assustando toda uma sociedade. É uma calamidade o que vem acontecendo em Belém. Providências imediatas e imperativas deverão ser tomadas para eliminação do abuso cometido e que prejudica a vida de cidadãos e cidadãs que ficam à mercê

da irresponsabilidade dos delinquentes motorizados. É preciso e premente que a ordem volte a ser prioridade,

respeitando-se os direitos de cidadania.

## CORREÇÕES

As correções que deverão acontecer na gestão administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), deve-riam também acontecer na conta **Seguridade Social** que arrecada recursos financeiros para suprir, pagar as despesas com saúde, assistência social e **previdência social**. Esta conta, desde 1994, governo Fernando Henrique Cardoso, vem sendo desfalcada de recursos devido a transferência para atender outros programas governamentais. Aposentados e pensionistas entendem ser uma irregularidade que contraria dispositivos constitucionais e impedem que as três áreas que compõem a **Seguridade Social** cumpram com eficiência as suas atribuições regulamentares.

## SANGRIA

Aliás, essa sangria na conta **Seguridade Social** foi repetida nos governos posteriores, inclusive no governo Michel **Temer**, o percentual que era de 20% foi aumentado para 30%. E assim se dá mais prejuízo aos aposentados e pensionistas, impedindo-os de receber proventos dignos correspondendo ao que almejavam quando saíssem do mercado de trabalho. Temos plena certeza que uma auditoria na conta **Seguridade Social**, efetuada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mostrará a realidade, esclarecendo concretamente que a **Previdência Social** sempre foi superavitária desde a sua criação em janeiro de 1923, fortalecendo-se ainda mais com o advento da **Seguridade Social**.

## ADEGA

A adega do Nelson Williams, o "Careca do **INSS**" é um luxo. O vídeo mostrado é um desrespeito, uma indignação a todo segurado e não segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). É uma afronta à sociedade brasileira. Francamente, não temos mais palavras para descrever tão abominável atitude de favorecimento com recursos financeiros supostamente alcançados com a propina.

## EDUCAÇÃO

"Educa as crianças e não castigarás os homens" (Pitágoras).

Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-)

**138033-0906202506%20-  
%203308647ad740151e854161b0c7b1ffa3.pdf**

# 'O que importa mesmo é a intensidade do aperto monetário'

**Alex Ribeiro De São Paulo**

Visto pelo mercado como um dos integrantes mais conservadores do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o economista Renato Gomes mostra alinhamento com a estratégia do colegiado de calibragem da taxa Selic e manutenção do aperto monetário por um período prolongado de tempo.

"O que importa mesmo é a intensidade do aperto monetário", disse Gomes, em entrevista exclusiva ao Valor. "Essa intensidade é uma combinação da taxa terminal - de até onde o ciclo vai - e da duração da taxa numa região restritiva." Essa intensidade agregada, opinou, "é mais importante do que o valor exato da taxa terminal" de juro.

Diretor de organização do sistema financeiro e de resolução do BC, Gomes fez questão de registrar que não fala em nome do comitê. Desde a independência legal da instituição, porém, o mercado tem acompanhado mais de perto as declarações pessoais dos integrantes do colegiado para tentar antecipar tendências. Gomes é visto, por muitos, como um conservador desde que deu um voto dissidente por uma alta de juros em 2022.

A uma semana da reunião do Copom, Gomes diz que as mensagens de "mais cautela" e "flexibilidade" seguem valendo e que a decisão do colegiado está em aberto e dependerá do que apontar a evolução dos dados.

Na entrevista, ele mostra pouca simpatia pelos cálculos de economistas privados que procuram medir o efeito, em termos de taxa Selic, da alta do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF). Também revela que atribui peso menor ao risco de uma desaceleração da economia global ajudar a baixar a inflação no Brasil.

Ele fala, ainda, sobre a agenda de reformas do sistema financeiro, que recentemente incluiu medidas para proteger os consumidores de serviços bancários contra fraudes no Pix e na abertura de contas, e sobre as discussões para reformar o sistema de seguro depósito, que foi afetado pelo caso do Banco Master. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Valor.

Valor: O BC disse que se manterá vigilante e que vai calibrar a política monetária para baixara inflação para a meta. Isso significa que o juro pode subir mais na reunião da semana que vem?

Renato Gomes: Queria, antes, esclarecer que minhas opiniões nessa entrevista são estritamente pessoais. Não estou falando pelo comitê. Sobre sua pergunta, isso vai ser deliberado na reunião. Mas, de fato, essa linguagem está enfatizando que a decisão é dependente de dados. A escolha por não fazer "forward guidance" [prescrição futura] é precisamente porque o cenário está tão incerto que qualquer comprometimento com o passo futuro é contraproducente.

Valor: Passaram várias semanas desde o comunicado e a ata do Copom. Eles continuam atuais?

Gomes: Julgo que sim, especialmente sobre os próximos passos. A ênfase naquele momento foi nas palavras "cautela adicional" e "flexibilidade". Foi mencionado que o cenário tem muita incerteza, e os juros já estão num patamar bastante con-tracionista. O segundo tema que foi introduzido na ata é a ideia de que a taxa de juros deveria ficar numa região significativamente contracionista por um período prolongado, inclusive mais pro-

longado do que num mundo alternativo sem desancoragem [das expectativas].

Valor: Quando o Banco Central fala em manter o juro alto por tempo prolongado, está tirando peso na sua comunicação da necessidade de calibragem do juro?

Gomes: Acho que não. A taxa está claramente restritiva, não importa a [taxa] neutra que se calcule. Uma coisa que faz parte do trabalho é pensar nos impactos acumulados [da alta da Selic], ainda a serem observados. O que importa mesmo é a intensidade do aperto monetário. Essa intensidade é uma combinação da taxa terminal - de até onde o ciclo vai - e da duração da taxa numa região restritiva. Usando uma linguagem matemática, é a integral. É a intensidade agregada. Isso é mais importante do que o valor exato da taxa terminal.

Valor: Muita gente acha que, conforme o Banco Central vai chegando ao final do ciclo de alta, tem uma chance maior de começar a cortar o juro. O BC está dando alguma indicação de quando pode começar a cortar?

Gomes: Acho que não. Entendo o argumento, porque quando eu digo que o que importa é a intensidade agregada, você pode pensar que existem várias trajetórias de taxas de juros que levam a **inflação** à meta. E não é só a trajetória de juros efetivamente implementada que importa. Também importa muito como a evolução da trajetória afeta as expectativas sobre os passos futuros. Então, de fato, diferentes trajetórias podem gerar diferentes expectativas sobre a duração de um eventual "high for long" [alto por um tempo longo], Existe esse argumento de que uma taxa terminal maior, ou um ciclo mais longo, tenderia a fortalecer a credibilidade e, vamos dizer assim, transmitir ao mercado a percepção de um juro alto por mais tempo. Mas, por outro lado, também existe o argumento de que, se você tem um ciclo longo, você perde, em certo sentido, flexibilidade. Você está gerando volatilidade do produto. São "trade-offs". São diferentes custos de trazer a **inflação** à meta que têm que ser ponderados na hora de tomar a decisão.

Valor: A mensagem de cautela e de calibragem se aplica apenas à próxima reunião do Copom ou se prolonga no tempo?

Gomes: Isso vai ser decidido na próxima reunião. Neste momento, o comitê tem uma cabeça de cautela e de flexibilidade. E vamos seguir reunião a reunião.

Valor: Os dados de atividade econômica foram mais fortes do que se esperava. O Banco Central se surpreendeu também?

Gomes: A atividade tem mostrado alguns sinais mistos, que corroboram em alguma medida o cenário de moderação que a gente colocou na ata. Que tem moderação, não tem dúvida. A gente não está vendo mais crescimento de 3% como ocorreu nos anos anteriores. Agora, houve de fato um crescimento forte no primeiro trimestre, de 1,4%. Óbvio que se esperava muito da agropecuária, que de fato mostrou pujança. Mas o **PIB** excluindo o agro também veio forte no primeiro trimestre, inclusive mostrando alta do consumo. Mas, se você dá um passo atrás e tem um olhar um pouco mais retrospectivo, há sinais que sugerem com um pouco mais de intensidade essa desaceleração. É o caso da produção industrial, que se moderou nos últimos trimestres. Alguns indicadores de confiança também sugerem uma desaceleração. Isso aqui sempre tem um lado e o outro lado. O outro lado são os serviços, que estão resilientes. Esse debate sobre o ritmo de moderação prospectivo, e

sobre o timing disso, vai continuar.

Valor: Muda de forma qualitativa o cenário do BC de desaceleração e de abertura gradual de ociosidade na economia?

Gomes: Não posso emitir uma opinião sobre o hiato que o comitê vai julgar apropriado. A avaliação do hiato é uma decisão super importante que faz parte do que vai ser discutido no Copom. O que eu posso enfatizar é: realmente os sinais são mistos. A desaceleração que foi antecipada tem sido corroborada, mas a gente continua observando dados na direção contrária também.

Valor: O aumento do IOF sobre o crédito pode ter como reflexo uma potencialização do efeito da Selic?

Gomes: Essa medida tem um problema a mais. Quando você faz algo e volta atrás logo em seguida, um pouco como ocorreu com as tarifas do Trump, você não volta para o ponto inicial. Você gera uma incerteza que as pessoas percebem que tem um componente estrutural. O tema do IOF gerou esse desconforto. Havia essa percepção errônea, inclusive, de controle de capitais. Isso é contraproducente. Quem tem medo de remeter capital não coloca. Isso pode ter um efeito sobre o câmbio, sobre o investimento externo. Além disso, o IOF é um instrumento muito específico que incide sobre crédito. Ele pode ter um efeito distorsivo sobre o investimento, sobre ganhos de produtividade. Sei que o mercado estava fazendo um exercício de comparar o efeito do IOF a um equivalente da Selic. Mas eu não gosto deste exercício porque a Selic tem um efeito distribuído na economia. O IOF é até bastante distorsivo, precisamente por ser muito "targeted" [direcionado a um setor], Pode ter um efeito no câmbio, com efeito contrário ao que um aumento de Selic te-ria. Ao mesmo tempo, tem efeito na retração do crédito. Mas acho que o ponto essencial é que não me parece uma estratégia boa para chegar ao equilíbrio fiscal.

Valor: O Banco Central tem falado muito sobre as incertezas no cenário internacional. Nas últimas semanas, houve um arrefecimento. Como o BC está vendo essas incertezas agora?

Gomes: É difícil dizer se melhorou ou não. O presidente Trump coloca a tarifa, dias depois volta atrás. E você não volta ao ponto inicial, tem um elemento de incerteza que permanece. Esse movimento de incerteza, inclusive, gerou uma tremenda aversão a risco. No momento de aversão ao risco, o que se espera é que o real se deprecie, mas curiosamente ele não se depreciou - ele se comportou bem. Com relação ao tema da desaceleração mundial,

existem vários canais pelos quais ela pode nos ajudar. Mas eu confesso que aqui a gente não devia dar um peso excessivo a esse risco baixista. Por quê? Por causa daquele argumento da incerteza. Essa incerteza pode perdurar, mas ela também pode se dissipar, se houver soluções de compromisso que tenham um

elemento estrutural. Aí os investimentos retornam e você volta a ter uma nova revisão de crescimento. E tem um outro ponto. Se você tem uma desaceleração global importante que afeta o preço de commodities energéticas, isso é bom para a desinflação no Brasil, mas também afetaria naturalmente as commodities que exportamos. E num cenário em que o câmbio se mantém no patamar em que está, sem uma grande desvalorização, isso pode ter um efeito sobre o **PIB** nominal e gerar menos arrecadação. Isso só aguça a fragilidade fiscal que nós temos. Se a fragilidade fiscal se aguça por esse tipo de movimento, isso pode não bater no câmbio agora, mas bate depois.

Valor: O BC avançou rápido em medidas para ampliar a eficiência no mercado financeiro, mas ultimamente tem adotado medidas corretivas para problemas como transferências fraudulentas no Pix e contas bancárias fantasmas. O BC está revendo prioridades?

Gomes: Não tem trade-off entre esses pilares. No caso do Pix, por exemplo, diria que o ativo mais importante de um arranjo de pagamento é precisamente a sua percepção de segurança. Então ganhos de eficiência não são possíveis se a percepção de segurança não está sedimentada. A gente tem tomado, de fato, uma série de medidas para fortalecer esse lado. Eu acho que têm sido esforços conscientes do Banco Central. Por exemplo, a gente aumentou o capital mínimo exigido das instituições de pagamento participantes do Pix. Por quê? Não é verdade que toda instituição que tem muito capital faz um bom trabalho antifraude. Mas não há instituição com pouco capital que faça um bom trabalho antifraude. Existe uma ênfase na seleção. Isso não é rival de nenhum objetivo de eficiência, porque a gente tem quase 900 participantes no Pix. Não tem trade-off com competição.

Valor: O sistema do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) não cria incentivos errados na medida em que ele permite que instituições financeiras captem dinheiro no varejo, sem que o depositante meça adequadamente os riscos, e canalize esse dinheiro para operações de atacado? Não precisa mudar?

Gomes: Um dos vértices do sistema regulatório é o FGC, mas tem também um lado essencial na regulação prudencial do BC, que disciplina precisamente a tomada de risco. A gente tem que pensar nos dois em conjunto. Sobre reformas específicas no FGC, está havendo uma discussão

grande agora, com uma interlocação rica com a indústria. Há dois momentos. Um é a questão do tamanho do fundo. Tem uma reavaliação periódica sobre o tamanho do fundo, e a reavaliação vai ser no ano que vem. Isso já tinha sido programado. A gente vai começar uma discussão aprofundada disso já no segundo semestre. Um dos temas é precisamente reformar as contribuições ordinárias que as instituições fazem para o FGC. Existem bons argumentos para reformar essas contribuições ordinárias, refletindo um componente histórico, que está um pouco na direção do que você disse. Tem uma outra discussão que é sobre a contribuição adicional. A contribuição adicional é uma contribuição que uma instituição tem que prover para o FGC, para além do ordinário, se ela tem muita alavancagem e/ou muita exposição ao fundo relativa aos passivos totais. Essa discussão sobre contribuição adicional é pouco relevante para o tamanho do fundo, porque, do ponto de vista de magnitude, ela é pequena, visando o agregado. Mas ela é importante para sinalizar para a própria instituição que ela deve diversificar suas fontes de fundo. Que não deve depender tanto do fundo e, com isso, experimentar disciplina de mercado. E o mercado olha muito para os temas que você mencionou. Essa contribuição adicional é um sinal: vai experimentar mais disciplina de mercado. Tem um outro elemento que complementa esses outros dois, que é uma resolução que a gente emitiu no final de 2023, que é a Resolução n-5114, que obriga essa aplicação em título público federal para instituição que têm muita alavancagem com base em recurso segurado e tem muita dependência do fundo. Aqui tem um "hard stop" [um limite inflexível].

Valor: O que o BC está priorizando para reduzir o custo do crédito?

Gomes: Um dos temas é a ampliação de ativos que podem servir como colateral para operações de crédito. Isso tem muito a ver também com a potência de política monetária. Quando o crédito é não colateralizado, o nível de taxa de juros é uma ordem de grandeza acima. Então, quando você tem alterações de política monetária, você nem percebe que aquilo está afetando a taxa, porque o negócio está em outra ordem de magnitude. Então, ampliar o universo de colateralizável é um ganha-ganha.

Valor: O Pix pode ajudar nesse projeto?

Gomes: No caso do Pix, tem um produto que ainda está em fase de gestação, a gente não tem prazo para soltar esse produto. É o que se chama de Pix em garantia. É o equivalente ao que, no sistema de cartão de crédito, se chama crédito de fumaça. O lojista toma crédito com relação a recebíveis de cartão de débito ou crédito que ainda vão se realizar. Isso é possível

porque os recebíveis são registrados em infraestrutura do mercado financeiro, porque não pode haver vazamento desses recebíveis. E, com o Pix, parte desses recebíveis migrou para o Pix. O cliente que pagava no débito agora paga no Pix. E houve uma tremenda criação de recebíveis. Você na verdade tem mais pagamentos digitais que podem ser transformados em recebíveis, e eventualmente podem ser usados como colateral. O Pix em garantia tenta gerar valor a partir disso. Mas é um produto complicado, porque o Pix é um sistema de pagamentos instantâneo, com liquidação imediata. No caso de cartão de crédito, como a liquidação é diferida, e o cartão de débito também é diferido - por mais que seja menos diferido - esse tipo de oferta é mais simples. No caso do Pix, que é um sistema de pagamento instantâneo, é mais complexo. A gente está na fase de desenho. O pessoal está na prancheta. É um produto que está previsto para o biênio 2026/2027.

"A atividade tem mostrado alguns sinais mistos, que corroboram em alguma medida o cenário de moderação"

"Neste momento, o comitê tem uma cabeça de cautela e de flexibilidade. E vamos seguir reunião a reunião"

**Site:** [valor.globo.com/impreso/](http://valor.globo.com/impreso/)

# 'Racionalizar o licenciamento não elimina as regras ambientais'

**TATIANA LAGOA ISABEIA ABALEN**

Marília Carvalho de Melo, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG

Em entrevista a O TEMPO, a secretária Marília Carvalho de Melo fala sobre os desafios globais para o meio ambiente. Também cita avanços no Estado, como a redução do passivo no licenciamento ambiental, a Lei Mar de Lama Nunca Mais e o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (Pecma), que transforma parte do valor das multas em investimentos em preservação e recuperação.

\*\*

Quais as principais ações do Estado frente aos desafios globais para o meio ambiente, principalmente em ano de COP30? Quando assumi a secretaria, há quase cinco anos, o principal desafio era o licenciamento ambiental. Ele ocorria em um ritmo que sempre considerei descolado da realidade: as licenças levavam quatro, cinco anos (para serem liberadas). Reduzimos significativamente o passivo: quando cheguei, eram 3.000 processos pendentes; hoje, estamos com 250. Nossa meta para o próximo ano é zerar esse passivo. Retomamos a política de mudança climática, iniciando com a adesão do governador à campanha internacional Race to Zero, que estabelece o compromisso de alcançar a neutralidade na emissão de gases de efeito estufa até 2050. A partir disso, estamos executando ações conectadas ao Plano de Ação Climática do Estado. Outra prioridade é a implementação efetiva do Código Florestal em Minas. A legislação é de 2012, e era necessário avançar.

Minas está avançado na questão dos licenciamentos ambientais, e agora o país debate essa desburocratização. Como o debate nacional influencia as decisões do Estado? A discussão ainda está em curso no Congresso Nacional. Já houve uma aprovação, mas o debate continua entre o Senado e a Câmara. Destaco que eles se espelharam bastante na experiência que tivemos em 2017, quando a Assembleia aprovou lei que institucionalizou o licenciamento simplificado

do no Estado. Avalio que há avanços na proposta da Lei Geral de Licenciamento, mas também algumas

preocupações. Racionalizar o licenciamento não significa eliminar as regras ambientais. É fundamental que a sociedade compreenda que o licenciamento é um instrumento de controle das atividades e precisa cumprir esse papel - sem burocracia excessiva, mas com a devida efetividade.

A mineração é um tema sensível aos mineiros. Do ponto de vista econômico, é um setor relevante, mas também é responsável por traumas sociais e ambientais. Como é possível equilibrar o desenvolvimento econômico com o fortalecimento da vigilância sobre uma atividade regular? Após as tragédias que ocorreram em nosso Estado, o setor precisou se remodelar. Obviamente, os prejuízos diretos recaem sobre essas empresas, mas os danos causados se estenderam a toda a sociedade. Por isso, no processo de licenciamento, adotamos todos os cuidados necessários e temos aprimorado os critérios. A Lei Mar de Lama Nunca Mais foi um marco importante, sancionada pelo nosso governador, na qual temos uma série de ações. A primeira delas é descaracterizar todas as barragens alteadas a montante. Eram 54 barragens quando a lei foi aprovada, e hoje temos 31 barragens em processo de descaracterização, com acompanhamento de auditoria externa e das nossas equipes. Além disso, instituímos o caução ambiental, que é um instrumento inovador. Hoje, temos uma garantia para qualquer problema que ocorra, não apenas na operação, mas também na conclusão da atividade minerária - na mineração, é preciso recuperar a área ao fim da atividade.

Falar em desenvolvimento sustentável também é falar em oportunidades de negócios? Com certeza. O governo tem trabalhado muito a diversidade econômica. O agronegócio tem hoje um peso no PIB muito relevante no nosso Estado e tem crescido muito no Norte de Minas e no Noroeste. Em questão de energia, hoje, Minas é o Estado com maior potência instalada de energia solar, o que nos traz um diferencial competitivo, inclusive para atrair outras empresas.

A agenda sustentável traça uma série de objetivos até 2030, entre os quais está a redução da emissão de gás carbônico em até 30%. Estamos trabalhando para isso, buscando instrumentos para efetivar isso ao longo do tempo. Eu digo que o ponto fundamental - que o Congresso já aprovou, mas o governo federal

ainda não colocou em prática - é a questão do crédito de carbono e do mercado de carbono. Quando exigimos das empresas a redução de emissão, isso, obviamente, vai demandar investimentos e uma alteração no processo produtivo. E os créditos de carbono são um benefício econômico para auxiliar as empresas nesse processo de investimento.

O Estado está implementando o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (Pecma), que transforma parte do valor das multas ambientais em investimentos em preservação e recuperação? O projeto de conversão de multas ambientais, o Pecma, foi aprovado na Assembléia no ano passado, e o presidente Tadeu Leite (MDB) foi uma liderança muito importante nesse processo. Ele nos deu condição de, pela primeira vez no Estado, poder usar o valor das multas ambientais para investimento em projetos ambientais. Estamos agora numa primeira etapa de adesão das pessoas e empresas que tem penalidades ao programa. Já temos mais de R\$ 1,9 milhão em recursos provenientes de adesões.

Gostaria que a secretária deixasse um recado sobre a colaboração social possível para o enfrentamento das questões climáticas no Estado.

Temos nossos desafios e os estamos superando para tomara agenda ambiental cada vez mais robusta em Minas, mas nós precisamos do engajamento de todos. As pessoas se perguntam: ajudar como? São ações pequenas que, no dia a dia, podem ser adaptadas para um impacto global positivo. Um exemplo: economia de água nas nossas atividades do dia a dia. Outro tema importante: quantos de nós separamos o lixo nas nossas casas?

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>